

reestruturação, requalificação e modernização do Complexo Desportivo do Jamor, a qual será designada por Comissão para a Reestruturação do Complexo Desportivo do Jamor (CRCDJ).

2 — A CRCDJ tenha a seguinte composição:

- a) O presidente do Instituto do Desporto de Portugal (IDP), que presidirá;
- b) Um representante da Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto;
- c) Um representante da Câmara Municipal de Oeiras;
- d) Um representante da Universidade Técnica de Lisboa;
- e) O coordenador nacional do QCA III — Desporto.

3 — A CRCDJ apresente, no prazo máximo de 60 dias a contar a partir da data da entrada em vigor do presente despacho, um plano de intervenção no CDJ que vise a reestruturação, requalificação e modernização pretendida, propondo a adopção de um conjunto de medidas específicas, devendo ser definida, de forma clara, a responsabilidade de cada uma das entidades intervenientes relativamente às medidas a implementar, à respectiva forma e ao tempo de concretização.

4 — A CRCDJ reúna semanalmente por convocação do seu presidente, devendo o IDP disponibilizar o apoio logístico e administrativo que se mostre necessário ao seu funcionamento.

5 — As despesas decorrentes da participação nos trabalhos da CRCDJ sejam suportadas pelo orçamento dos respectivos serviços de origem de cada um dos representantes que a integram.

6 — A CRCDJ conclua a sua missão no prazo de 90 dias seguidos a contar a partir da entrada em vigor do presente despacho.

7 — O presente despacho produza efeitos a partir da data da sua aprovação.

11 de Janeiro de 2006. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias*.

Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres

Despacho n.º 1944/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 6 de Janeiro de 2006:

Rosa Faria de Oliveira Pinto Moreira, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres — nomeada, precedendo concurso, técnica superior principal do mesmo quadro.

Exonerada da actual categoria com efeitos à data da aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Janeiro de 2006. — A Presidente, *Elza Maria Henriques Deus Pais*.

Instituto Português da Juventude

Despacho (extracto) n.º 1945/2006 (2.ª série). — Na sequência de aceitação do pedido de escusa do Dr. António Manuel Dinis Ribeiro Marques, presidente do júri do concurso interno de acesso geral para provimento de uma vaga de assistente administrativo principal do quadro de pessoal da Delegação Regional de Aveiro, constante do aviso n.º 11 019/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 275, de 23 de Novembro de 2004, determina-se que a composição do júri do concurso passe a ser a seguinte:

Presidente — Catarina Ascensão Nascimento Rodrigues, delegada regional de Aveiro.

Vogais efectivos:

Eneida Maria Soares Sardo, técnica superior de 2.ª classe.
Maria Eugénia Rodrigues Soares, assistente administrativa principal.

Vogais suplentes:

Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira, delegado regional de Coimbra.
Ana Isabel Oliveira Santos, técnica superior de 2.ª classe.

6 de Janeiro de 2006. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Gerales*.

Despacho (extracto) n.º 1946/2006 (2.ª série). — Na sequência de aceitação do pedido de escusa do Dr. António Manuel Dinis Ribeiro Marques, presidente do júri do concurso interno de acesso geral para provimento de uma vaga de técnico profissional principal do quadro de pessoal da Delegação Regional de Aveiro, constante do aviso

n.º 11 020/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 275, de 23 de Novembro de 2004, determina-se que a composição do júri do concurso passe a ser a seguinte:

Presidente — Catarina Ascensão Nascimento Rodrigues, delegada regional de Aveiro.

Vogais efectivos:

Eneida Maria Soares Sardo, técnica superior de 2.ª classe.
Maria Eugénia Rodrigues Soares, assistente administrativa principal.

Vogais suplentes:

Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira, delegado regional de Coimbra.
Ana Isabel Oliveira Santos, técnica superior de 2.ª classe.

6 de Janeiro de 2006. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Gerales*.

Despacho (extracto) n.º 1947/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 3 de Janeiro de 2006:

Isabel Anjos Reis Sequeira, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Lisboa — autorizada a seu pedido a transferência para lugar vago no quadro de pessoal dos Serviços Centrais, na área funcional de consultadoria jurídica e contencioso, ficando afecta ao Gabinete Jurídico, com efeitos à data do despacho.

6 de Janeiro de 2006. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Gerales*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Despacho conjunto n.º 73/2006. — Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 237/2005, de 30 de Dezembro, e ao abrigo dos artigos 2.º, n.º 3, 18.º, n.º 1, e 19.º, n.ºs 1, 2 e 4, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, para o exercício do cargo de presidente da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica o licenciado António Manuel Marques Nunes.

A presente nomeação fundamenta-se na experiência profissional do nomeado e na reconhecida aptidão para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta, de resto, a síntese do respectivo *curriculum vitae*, que é publicado em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Janeiro de 2006.

2 de Janeiro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

Resumo curricular

António Manuel Marques Nunes, casado, natural de Lisboa, nascido em 10 de Agosto de 1954.

Habilitações literárias:

Licenciado em Economia, pelo Instituto Superior de Economia (1973-1979);

Frequência do mestrado em Estratégia, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (2001-2002).

Carreira profissional:

1973 — ingressou na função pública no ex-Ministério do Ultramar;

1976 — técnico auxiliar de 2.ª classe do quadro do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT);

1979 — designado adjunto da presidência do IICT;

1983 — técnico superior de 2.ª classe do quadro do IICT;

1986 — nomeado chefe de divisão de Planeamento, Programação e Controlo do IICT;

1988 — nomeado director de serviços de Apoio dos Serviços Sociais da Universidade Técnica de Lisboa e, por inerência, membro do conselho administrativo;

1989 — nomeado director do Departamento Financeiro da Câmara Municipal de Sintra e, por inerência, de funções de juiz auxiliar de execuções fiscais;

1989 — designado, em acumulação de funções, assessor do vereador com o pelouro da protecção civil, encarregue da montagem do respectivo Serviço Municipal de Protecção Civil no município de Sintra e do apoio ao funcionamento da Comissão Especializada de Fogos Florestais;

1991 — nomeado, precedido de concurso público, director de serviços de Planeamento e Operações do Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC);

1994 — nomeado subinspector-geral de Protecção Civil, do SNPC;

1996 — nomeado inspector superior de bombeiros (comandante-geral operacional) do Serviço Nacional de Bombeiros (SNB) e, por inerência, membro da respectiva direcção e do conselho superior de bombeiros;

1998 — nomeado presidente do SNPC e, por inerência, presidente do conselho administrativo e membro do Conselho Superior de Protecção Civil e do Centro Nacional de Operações de Emergência de Protecção Civil;

2000 — nomeado assessor do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro com vista à implementação da Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar;

2000 — nomeado adjunto do Secretário de Estado da Defesa do Consumidor com vista à implementação da Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar;

2000 — nomeado presidente da comissão instaladora da Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar e, por inerência, presidente do conselho coordenador;

2001 — nomeado director-geral de Viação e, por inerência, presidente do conselho administrativo;

Actualmente pertence ao quadro do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, com a categoria de inspector superior principal.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Portaria n.º 276/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 158.º, n.º 2, do Código Civil, no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, e ao abrigo do despacho de delegação de competências, n.º 10 493/2005 (2.ª série), de 24 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 91, de 11 de Maio de 2005:

Manda o Governo, pelo Subsecretário de Estado da Administração Interna, reconhecer a Fundação Serrão Martins.

6 de Janeiro de 2006. — O Subsecretário de Estado da Administração Interna, *Fernando António Portela Rocha de Andrade*.

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Brigada de Trânsito

Despacho n.º 1948/2006 (2.ª série). — *Subdelegação de competência.* — 1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 10.1 do n.º 10 do despacho n.º 239/2005 (2.ª série), de 6 de Janeiro,

do tenente-general comandante-geral, subdelego no presidente do conselho administrativo desta unidade, tenente-coronel de infantaria Luís de Jesus Ferreira Marcelino, as competências relativas aos seguintes actos de gestão orçamental e de realização de despesas:

- Autorizar as despesas que hajam de efectuar-se com empreitadas de obras públicas, aquisição de serviços e bens, até ao limite de € 5000, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
- Aprovar as minutas de contrato relativas à aquisição de serviços e bens até ao montante da sua competência subdelegada, representando o Estado na outorga desses contratos, e nomear, para o efeito, o oficial público;
- Autorizar deslocações em serviço que decorram em território nacional, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não, e os reembolsos que forem devidos nos termos legais;
- Autorizar o abono a dinheiro de alimentação por conta do Estado ao pessoal, militar e civil, que a ela tiver direito, quando não for possível por razões operacionais, ou as condições de saúde, devidamente comprovadas, aconselhem tratamento dietético especial, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 271/77, de 2 de Julho;
- Analisar, instruir e decidir todos os requerimentos, reclamações e outras situações de contencioso administrativo relacionadas com as competências ora delegadas.

2 — A delegação de competências a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo de poderes de avocação e superintendência.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 30 de Dezembro de 2005.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados até à sua publicação no *Diário da República*.

9 de Janeiro de 2006. — O Comandante, *Manuel António Meireles Carvalho*, major-general.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Departamento de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 1949/2006 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Dezembro de 2005 do Ministro de Estado e da Administração Interna, foram promovidos ao posto de intendente por concurso de avaliação curricular, nos termos dos artigos 31.º e 41.º, n.º 1, do Estatuto do Pessoal da PSP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 511/99, de 24 de Novembro, com efeitos reportados à data do despacho, os seguintes subintendentes:

Matrícula	Nome	Colocação
100036	Paulo Jorge Valente Gomes (a)	DNAC/PCM.
100069	José Emanuel Matos Torres (b)	D. Nacional.
100073	Luís Manuel Peça Farinha	D. Nacional.
100043	Pedro José Lopes Clemente	D. Nacional.
100042	Paulo Manuel Pereira Lucas (b)	C. I.
100080	José Ferreira de Oliveira (b)	Évora.
100046	Pedro Alberto Nunes Teixeira (b)	Lisboa.
100071	Luís Filipe Cardoso de Sousa Simões (b)	E. P. P.
100070	Jorge Alexandre Gonçalves Maurício (b)	D. Nacional.
100047	Manuel Augusto Magina da Silva (b)	G. O. E.
100040	Carlos Alberto Simões de Almeida (b)	Viseu.
100079	Jorge Filipe Guerreiro Cabrita (b)	Faro.
100044	Flávio dos Santos Alves (b)	D. Nacional.
100055	José Augusto de Barros Correia (b)	D. Nacional.
100038	José Martins Cruz (b)	Castelo Branco.
100081	Luís Manuel Pacheco Ribeiro Viana (b)	D. Nacional.
100058	António Manuel Viola da Silva	D. Nacional.
100087	Paula Cristina da Graça Peneda	Lisboa.
100083	Madalena Maria Almeida Rodrigues Amaral (b)	D. Nacional.
100041	Abílio Pinto Vieira (b)	Coimbra.
100089	José Carlos Bastos Leitão (b)	D. Nacional.
100051	José Casimiro Matias David (b)	Setúbal.
100074	Amândio Amílcar Correia (b)	Bragança.
100053	Constantino José Mendes Azevedo Ramos	D. Nacional.
100078	Miguel José Ferreira Mendes	Porto.
100082	Paulo Jorge Gonçalves Sampaio (b)	Guarda.